



Demonstrações Contábeis
Consolidadas
**CONGLOMERADO
PRUDENCIAL**

30 de junho de 2021

• Relatórios

Relatório da Administração	3
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	6
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial	8

• Demonstrações Contábeis Consolidadas

Balancos Patrimoniais	12
Demonstrações do Resultado	14
Demonstrações do Resultado Abrangente	15
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	17

• Notas Explicativas

1. Contexto Operacional	18
2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	18
3. Principais Práticas Contábeis	20
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	25
5. Ativos Financeiros.....	25
6. Investimentos.....	36
7. Imobilizado.....	37
8. Intangível	37
9. Outros Ativos	38
10. Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	38
11. Passivos Financeiros	39
12. Ativos e Passivos Fiscais.....	41
13. Provisões	44
14. Outros Passivos.....	46
15. Patrimônio Líquido.....	46
16. Receitas de Prestação de Serviços	47
17. Receitas de Tarifas Bancárias	47
18. Despesas de Pessoal	48
19. Outras Despesas Administrativas	48
20. Despesas Tributárias	49
21. Outras Receitas	49
22. Outras Despesas	49
23. Partes Relacionadas.....	50
24. Estrutura de Gerenciamento de Riscos	51
25. Suficiência de Capital	55
26. Informações Complementares.....	56
27. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S/A e J&F Investimentos	57
28. Eventos Subsequentes	58

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Original, acompanhadas das suas respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021. O conteúdo foi elaborado com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Cenário Geral

A primeira metade de 2021 foi caracterizada por surpresas positivas e recorrentes com a atividade econômica. Apesar do aumento do número de casos de COVID-19 nos seus primeiros meses, que culminou em novas restrições de mobilidade, o avanço do PIB no 1T21 ficou acima das expectativas. No mesmo sentido, os sinais emitidos pelas pesquisas mensais do IBGE sugerem um novo avanço no 2T21, o que desencadeou revisões altistas para o crescimento projetado para o ano em direção a pelo menos 5,0%. De fato, a aceleração na vacinação aponta para um bom segundo semestre, especialmente para os setores mais atingidos pela pandemia.

Ao mesmo tempo, temos observado uma sequência de choques inflacionários desde meados de 2020. As altas do câmbio e das commodities se somaram à falta de insumos (com a interrupção das cadeias produtivas em 2020) e ao estresse hídrico, que encarece a energia elétrica. Nesse ambiente, o IPCA acumulado em 12 meses atingiu 8,35% em junho, enquanto o IGP-M ultrapassou 35% no mesmo período. Espera-se uma desaceleração dos índices na segunda metade do ano, mas ainda para patamares elevados.

A perspectiva de normalização da economia, com forte aceleração da atividade e acompanhada de pressões de preços, levou o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) a iniciar um novo ciclo de alta dos juros em março. Depois de atingir sua mínima histórica de 2,0% ao ano, como parte do combate aos efeitos econômicos da crise, a taxa Selic chegou a 4,25% em junho e deve alcançar 7,25% ao final do ano, segundo o nosso cenário base. Em resumo, a conjuntura se mostra positiva, mas não está livre de desafios.

No Original

Acreditamos na liberdade financeira. Nascemos assim ao sermos pioneiros na abertura de conta 100% digital, promovendo um acesso mais fácil e rápido ao sistema monetário. Acreditamos que por meio dos nossos produtos e serviços os clientes possam conquistar e realizar seus objetivos e seus sonhos.

Criamos um banco para que ele tivesse o melhor dos dois mundos: ser completo, no qual o cliente não sente a necessidade de ter uma outra conta em uma instituição financeira tradicional; e uma experiência digital única, a preços competitivos.

Nosso diferencial é ir além de sermos um banco digital. Somos completos, com o melhor da tecnologia e com atendimento humano, respeitando a liberdade de escolha dos clientes. Estamos em dia com todas as questões regulatórias impostas para ao segmento S3 e, conforme será mostrado no resultado, geramos retorno aos acionistas. Assim sendo, 2020 foi um ano de entregas estruturais que nos permitiu iniciar 2021 com todas as verticais (denominação de nossas áreas de negócios) funcionando, gerando receita e margem positiva e apesar dos desafios ligados ao COVID-19, apresentamos crescimento nas nossas linhas de negócio com reflexo no nosso resultado.

Para isso, disponibilizamos um portfólio completo nas mais diferentes áreas de atuação que chamamos de alavancas de crescimento sustentável. Uma sólida atuação no atacado, com uma carteira de crédito superior a R\$ 5,9 bilhões e com uma taxa de inadimplência de 0,1%.

Um varejo diversificado e crescente, com atuação junto às pessoas físicas. Com mais de 4,6 milhões de clientes (aumento de 31% na base), a vertical atingiu, no primeiro semestre de 2021, uma carteira de crédito de R\$ 2,5 bilhões (crescimento de 130%). Vale ressaltar uma variação positiva de 142% na receita decorrente de serviços e produtos do atual semestre em relação ao anterior. O que denota o caminho que estamos seguindo de não apenas trazer clientes para nossa base, mas fazer com que eles utilizem efetivamente o banco.

No que tange a atuação da vertical empresas, contamos com uma base de 215 mil clientes (aumento de 54% na base), que vão do empreendedor individual (EI, MEI EIRELI) a MPE, com sócios. São R\$ 386 milhões de carteira de crédito em uma operação que está no começo.

Atingimos ainda um público mais abrangente do que os nossos 4,6 milhões de clientes, pelos serviços disponibilizados para outros bancos e *fintechs*, pela divisão de BaaS - *Bank as a Service*, a Original Hub, empresa do conglomerado criada com tal finalidade. Registramos mais de 26 milhões de transações no período, feitas através das APIs oferecidas ao mercado. Atualmente, mais de 95% do processamento de pagamentos feitos pela Original Hub advém de *fintechs*, bancos digitais e tradicionais (aproximadamente 60 parceiros) que não são o Banco Original.

Nossa atuação extrapola a base de clientes quando consideramos a vertical de não-correntistas e os serviços bancários oferecidos. No primeiro semestre de 2021 registramos mais de 2,6M de operações e contamos com uma carteira de crédito que já ultrapassa R\$ 654 milhões.

Acreditamos em um aumento da base de clientes sustentado na qualidade dos serviços oferecidos, na segurança das operações e na rentabilidade. No Original, centramos as forças para ter uma base ativa, que realmente traga suas operações bancárias para suas contas e que aproveitem os serviços e produtos oferecidos. Não acreditamos em um crescimento de base exagerado, sem uma noção clara de rentabilização a médio prazo.

Preparamo-nos para o advento do *Open Finance*. Somos uma das poucas instituições do nosso porte a participar de todas as etapas como voluntários e estamos prontos para a implementação dessa nova realidade do sistema financeiro. Essa transformação vai

impactar de forma positiva a vida das pessoas e proporcionar novos negócios para o Original. O início das operações do *Open Finance*, juntamente com o fato de sermos um banco centrado em micro serviços e APIs, nos traz a expectativa de ainda mais crescimento nas diferentes verticais de negócios.

Com índice de inadimplência controlado e abaixo dos padrões do mercado; Índice de Basileia acima do regulatório (9,85% em junho); Carteira de crédito de R\$ 9,4 bilhões e carteira de *funding* de R\$ 17,5 bilhões; Crescimento de 22% da carteira de crédito e 167% da margem financeira bruta, seguimos atuando para equilibrar os quatro pilares de nossa sustentação.

Para o cliente

Oferecemos tudo o que ele precisa em um banco completo, justo e com uma experiência única de maneira 100% digital.

Na visão da nossa força de trabalho

Construímos no dia a dia um ambiente saudável, com clima agradável, que respeita as diferenças em um mercado competitivo e promissor.

Na nossa relação com o regulador

Cumprimos todas as normas que nos são apresentadas para o segmento S3.

Para os acionistas

Geramos lucro e apresentamos alavancas definidas para uma sequência sustentável de crescimento sólido.

PicPay

Atua como instituição de arranjos de pagamento, onde os seus usuários possuem conta de pagamento pré ou pós-paga, permitindo a realização de compras e transferências entre usuários. A carteira digital provou ser importante ferramenta de ajuda para os cidadãos em isolamento social, especialmente para as comunidades mais sensíveis.

No primeiro semestre de 2021 a Companhia expandiu sua base de usuários em 41%, partindo de 39,3 milhões em 2020 e chegando a 55,4 milhões de usuários registrados.

Agradecimentos

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 17 de agosto de 2021

A Administração

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria (Comitê) do Banco Original S.A (Original) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao Conselho de Administração (Conselho).

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho e supervisionada pelo Comitê e atua de forma objetiva e independente adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados.

A Auditoria Interna provê o Conselho, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Original.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Original e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve contratação de serviços adicionais da empresa de auditoria externa nos 2 (dois) últimos anos, incluindo o período em análise.

O Comitê reuniu-se 8 (oito) vezes no primeiro semestre de 2021, realizando 29 (vinte e nove) reuniões. Destas, 6 (seis) com a Auditoria Interna, 3 (três) com a empresa de auditoria independente e 20 (vinte) com os gestores de negócios e de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da Auditoria Interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2021.

Nenhuma recomendação foi emitida para o semestre findo em 30 de junho de 2021.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2021 do Original foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Original.

Não foram identificadas divergências significativas entre a Administração, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria, em relação às demonstrações financeiras para o período em análise.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Original.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas do semestre findo em 30 de junho de 2021.

São Paulo, 16 de agosto de 2021

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração do

Banco Original S.A. (Instituição Líder do Conglomerado Prudencial Original)

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Banco Original (“Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2021, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas. Essas demonstrações contábeis consolidadas de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BCB), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial Banco Original em 30 de junho de 2021 o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN e regulamentações complementares do BCB, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Conglomerado para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BCB. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos - Demonstrações Financeiras Individuais

O Banco Original S.A., instituição líder do Conglomerado Prudencial Banco Original, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 17 de agosto de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BCB, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2,

assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especial - Auditoria de Demonstrações contábeis de acordo com Estruturas Conceituais e Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de agosto de 2021



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Andre Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4	181.490	63.251
Ativos financeiros		18.949.274	14.681.886
Instrumentos financeiros		18.749.062	14.388.143
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.1.a.1	3.711.156	1.376.951
Títulos e valores mobiliários	5.1.b.1	3.662.656	3.869.310
Derivativos	5.1.c.1	55.215	79.133
Relações interfinanceiras	5.1.d.1	2.236.275	1.628.759
Carteira de crédito		9.083.760	7.433.990
Operações de crédito	5.1.e.1	6.444.239	5.207.202
Outros créditos com características de concessão e crédito	5.1.e.1	2.958.232	2.475.995
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.1.e.1	(318.711)	(249.207)
Outros instrumentos financeiros	5.1.f.1	200.212	293.743
Ativos fiscais		653.255	617.876
Ativos correntes	12.b	92.369	62.107
Ativos diferidos	12.d	560.886	555.769
Investimentos		3.075	5.919
Investimentos em participação em controladas	6.a	1.110	3.955
Outros investimentos	6.b	1.965	1.964
Imobilizado		144.355	141.801
Imobilizado de uso	7.a	248.926	228.121
Depreciação acumulada	7.a	(104.571)	(86.320)
Intangível		788.601	921.195
Ativos intangíveis	8.a	1.308.337	1.302.642
Amortização acumulada	8.a	(519.736)	(381.447)
Outros ativos	9	655.177	443.836
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	10	(8.607)	(13.713)
Total do Ativo		21.366.620	16.862.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Passivos financeiros		18.581.650	14.237.156
Depósitos e demais instrumentos financeiros		18.425.132	14.085.597
Depósitos	11.1.a	12.237.229	8.981.629
Captações no mercado aberto	11.1.b	154.909	52.004
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.1.c	5.112.977	4.571.535
Relações interfinanceiras	5.1.d.2	913.755	459.030
Obrigações por empréstimos e por repasses	5.1.e.1	-	5.186
Derivativos	5.1.c.1	6.262	16.213
Outros passivos financeiros	11.1.f	156.518	151.559
Passivos fiscais		130.554	69.836
Passivos correntes	12.c	97.401	50.157
Passivos diferidos	12.f	33.153	19.679
Provisões	13.a	63.743	59.880
Outros passivos	14	239.781	217.244
Patrimônio Líquido		2.350.892	2.277.935
Atribuído ao líder do conglomerado		2.010.442	1.857.712
Capital Social	15.a.1	2.230.001	2.130.001
Outros Resultados Abrangentes	15.d	1.095	14.417
Prejuízos Acumulados		(220.654)	(286.706)
Participação das instituições não líderes do conglomerado		340.450	420.223
Total do passivo e patrimônio líquido		21.366.620	16.862.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Rendas da intermediação financeira		991.155	686.261
Rendas de operações de crédito	5.1.e.2	914.466	1.184.995
Resultado em operações com títulos e valores mobiliários	5.1.b.2	95.942	111.105
Resultado em instrumentos financeiros derivativos	5.1.c.3	(17.647)	(688.742)
Resultado em operações de câmbio	5.1.f.2	(1.606)	78.903
Despesas da intermediação financeira		(213.936)	(395.025)
Despesas em operações de captação no mercado	11.1.d	(213.915)	(394.802)
Despesas em operações de empréstimos e repasses	11.1.e.2	(21)	(223)
Resultado bruto da intermediação financeira		777.219	291.236
Resultado das provisões para perdas		(99.772)	(150.746)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.1.e.7	(113.409)	(162.921)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.1.e.7	13.637	12.175
Receitas / (despesas) operacionais		(867.926)	(584.263)
Receitas de prestação de serviços	16	163.328	47.024
Receitas de tarifas bancárias	17	55.869	23.509
Despesas de pessoal	18	(361.807)	(242.154)
Outras despesas administrativas	19	(593.897)	(308.994)
Despesas tributárias	20	(94.223)	(30.568)
Resultado de participações em controladas	6.a	(6.324)	(14.334)
Outras receitas	21	243.827	31.959
Outras despesas	22	(274.699)	(90.705)
Resultado antes dos tributos e participações		(190.479)	(443.773)
Imposto de renda e contribuição social	12	(51.522)	136.322
Provisão para imposto de renda		(42.314)	35.973
Provisão para contribuição social		(35.015)	29.210
Ativo fiscal diferido		25.807	71.139
Participação nos lucros		(29.547)	(28.982)
Resultado líquido		(271.548)	(336.433)
Resultado atribuído à instituição líder do conglomerado		66.052	(248.430)
Resultado atribuído às instituições não líderes do conglomerado		(337.600)	(88.003)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado líquido	(271.548)	(336.433)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros		
Variação do valor justo	(18.573)	7.600
Efeito dos tributos	3.900	(3.420)
Hedge		
Variação do valor justo	1.136	8.503
Efeito dos tributos	-	(3.827)
Outros Resultados Abrangentes	(13.537)	8.856
Resultado Abrangente	(285.085)	(327.577)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Subtotal	Participação instituições não líderes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.130.001	5.736	(39.180)	2.096.557	187.090	2.283.647
Resultado líquido		-	-	(219.898)	(219.898)	(116.535)	(336.433)
Outros resultados abrangentes	15.d	-	8.856	-	8.856	(238)	8.618
Ajuste participação controlada PicPay		-	-	840	840	184.979	185.819
Saldo em 30 de junho de 2020		2.130.001	14.592	(258.238)	1.886.355	255.296	2.141.651
Mutações do período		-	8.856	(219.058)	(210.202)	68.206	(141.996)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.130.001	5.736	(39.180)	2.096.557	187.090	2.283.647
Constituição de capital		-	-	-	-	3.000	3.000
Aumento de capital		-	-	-	-	588.489	588.489
Resultado líquido		-	-	(248.430)	(248.430)	(232.691)	(481.121)
Outros resultados abrangentes	15.d	-	8.681	-	8.681	(589)	8.092
Ajuste participação controlada PicPay		-	-	904	904	(125.076)	(124.172)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.130.001	14.417	(286.706)	1.857.712	420.223	2.277.935
Mutações do período		-	8.681	(247.526)	(238.845)	233.133	(5.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.130.001	14.417	(286.706)	1.857.712	420.223	2.277.935
Aumento de capital		100.000	-	-	100.000	187.201	287.201
Capital a realizar		-	-	-	-	(3.600)	(3.600)
Resultado líquido		-	-	66.052	66.052	(337.600)	(271.548)
Outros resultados abrangentes	15.d	-	(13.322)	-	(13.322)	-	(13.322)
Efeitos da alienação de ações		-	-	-	-	74.226	74.226
Saldo em 30 de junho de 2021		2.230.001	1.095	(220.654)	2.010.442	340.450	2.350.892
Mutações do período		100.000	(13.322)	66.052	152.730	(79.773)	72.957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Resultado líquido		(271.548)	(336.433)
Ajustes ao resultado líquido		353.957	273.954
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		113.409	162.921
Provisão / (reversão) da provisão para redução ao valor recuperável de ativos		(5.106)	-
Resultado de participações em controladas		6.324	14.334
Depreciações e amortizações		152.280	62.182
Resultado de variação cambial		71.844	(48.520)
Prejuízo na alienação de valores e bens		(830)	531
Ativo fiscal diferido		(25.807)	(71.139)
Provisão / (reversão) da provisão para contingências cíveis e trabalhistas		5.146	453
Provisão / (reversão) da provisão para participação nos lucros e resultados		29.547	28.982
Ajuste ao valor justo em instrumentos financeiros		7.150	124.210
Resultado ajustado antes dos tributos e participações		82.409	(62.479)
Variações patrimoniais		751.757	(59.868)
(Aumento) / redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(2.647.195)	(17.854)
(Aumento) / redução em título e valores mobiliários para negociação		1.543.618	(1.399.696)
(Aumento) / redução em instrumentos financeiros derivativos		19.372	(74.600)
Variação líquida em relações interfinanceiras		(152.791)	(755.933)
(Aumento) / redução em carteira de crédito		(1.831.683)	97.925
(Aumento) / redução em outros instrumentos financeiros		90.191	(65.408)
(Aumento) / redução em ativos fiscais		(9.572)	8.580
(Aumento) / redução em outros ativos		(212.328)	(149.542)
(Redução) / aumento em passivos financeiros		3.899.720	2.332.559
(Redução) / aumento em passivos fiscais		77.897	(86.656)
(Redução) / aumento em provisões		(1.283)	364
(Redução) / aumento em outros passivos		(7.010)	69.871
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.179)	(19.478)
Caixa gerado / (utilizado) nas operações		834.166	(122.347)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
(Aquisição / aumento) em investimentos		(6.951)	(15.945)
Alienação / redução de investimentos		3.471	-
(Aquisição) de imobilizado de uso		(21.378)	(74.448)
Alienação de imobilizado de uso		404	8.800
(Aquisição / ativação) de intangíveis		(118.965)	(137.695)
Alienação / baixa de intangíveis		117.699	241
(Aquisição / aumento) / alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(1.362.841)	(239.144)
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimentos		(1.388.561)	(458.191)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		100.000	-
Variação da participação das instituições não líderes do conglomerado		259.644	180.336
Caixa gerado nas atividades de financiamento		359.644	180.336
Varição líquida em caixa e equivalentes de caixa		(194.751)	(400.202)
Saldo inicial	4	376.241	1.284.455
Saldo final	4	181.490	884.253
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(194.751)	(400.202)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Em 30 de junho de 2021

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Original (Conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento; do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo autorizado pelo BACEN; da PicPay Serviços S/A., instituição de pagamento autorizada pelo BACEN; da Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A., instituição autorizada pelo BACEN, que opera na forma de uma plataforma *peer to peer*, promovendo o investimento e o crédito entre pessoas físicas; do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios PicPay, fundo de investimento controlado pela PicPay Serviços S/A. e a Original APP Ltda, entidade desenvolvedora das tecnologias que marcam a atuação do Banco Original.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas pela Administração em cumprimento à Resolução 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância às demais normas e instruções do CMN.

A Administração destaca a adoção da Resolução BCB nº 2 do BACEN, o que resultou em alteração da apresentação, nomenclaturas e grupamentos do balanço patrimonial, tais como ativos financeiros, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões.

As contas passaram a ser apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A

Administração entende que essa forma de apresentação proporciona informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações financeiras. Tais alterações não impactaram o resultado ou o patrimônio líquido, tampouco geraram impacto material à comparabilidade dos saldos.

Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A realização desses valores pode divergir do estimado e, nesse caso, revisões serão reconhecidas prospectivamente.

Os principais valores que possuem risco de gerar ajuste em períodos subsequentes são:

- Provisões e contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Determinados critérios de provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Expectativa de consumo de créditos tributários, conforme a estimativa de disponibilidade de lucro tributável futuro.

Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas

Entidades coligadas	Atividade	Ações e / ou cotas	30/06/2021 Participação	31/12/2020 Participação
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	885.550	19,90%	19,90%

Entidades controladas	Atividade	Ações e / ou cotas	30/06/2021 Participação	31/12/2020 Participação
Original Asset Management Ltda.	Administração de carteiras / fundos	1.999.800	-	99,99%
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimentos imobiliárias	99.999	99,99%	99,99%

Entidades consolidadas nas demonstrações contábeis	Atividade	Ações	30/06/2021 Participação	31/12/2020 Participação
---	------------------	--------------	--------------------------------	--------------------------------

Agência no exterior

Banco Original <i>Cayman Island Branch</i>	Instituição financeira / agência no exterior	-	100,00%	100,00%
--	--	---	---------	---------

Não controladas

Banco Original do Agronegócio S.A.	Instituição financeira	102.192.983	-	-
Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A.	Sociedade de empréstimo entre pessoas físicas	3.000.000	-	-
PicPay Serviços S.A.	Instituição de pagamento	669.480	-	22,69%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios PicPay ⁽¹⁾	FIDC	-	-	100,00%

Controladas

Original App Ltda.	Prestação de serviços	3.449.655	99,99%	99,99%
--------------------	-----------------------	-----------	--------	--------

⁽¹⁾ A PicPay Serviços S.A é a atual detentora das cotas subordinadas do fundo.

Descrição das principais práticas de consolidação

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram adotados critérios em conformidade com o COSIF, especificamente em relação às normas do Conglomerado prudencial.

O valor total do ativo, passivo e patrimônio líquido das entidades que compõem as demonstrações consolidadas são:

	Banco Original		Banco Original do Agronegócio		Crednovo	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Total do ativo	16.973.771	15.248.766	165.344	158.403	3.683	1.568
Total do passivo	14.963.329	13.391.054	20.921	21.070	907	514
Patrimônio líquido	2.010.442	1.857.712	144.423	137.333	2.776	1.054

	Original APP Ltda		FIDC PicPay		PicPay Serviços	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Total do ativo	8.362	28.413	1.652.560	428.468	6.475.448	2.228.157
Total do passivo	1.126	11.566	160	62	6.282.198	1.857.712
Patrimônio líquido	7.236	16.847	1.652.400	428.406	193.250	370.445

A emissão destas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foi aprovada pelo Conselho de Administração em 17 de agosto de 2021.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo princípio da competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, incluindo efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Ativos financeiros

c.1) Instrumentos financeiros

c.1.1) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

c.1.2) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Os títulos são considerados como ativo circulante independentemente de sua data de vencimento;
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do Patrimônio Líquido sob o título de “outros resultados abrangentes” e esses ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação no resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

c.1.3) Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- **Hedge de risco de mercado** - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;

- *Hedge* de investimento no exterior e *hedge* de fluxo de caixa - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

c.1.4) Relações interfinanceiras

Substancialmente representadas por valores a receber e/ou a pagar a adquirentes em transações de pagamento. Recebíveis oriundos de transações com cartões de débito são liquidados em um dia enquanto oriundos de transações com cartões de crédito à vista são liquidados em até trinta e dois dias. Recebíveis de transações de pagamento parceladas em cartões de crédito geralmente são cedidos para instituições integrantes do próprio Conglomerado (transações com partes relacionadas) ou adiantados pelas adquirentes participantes do arranjo de pagamentos. No passivo, os valores referem-se a obrigações a liquidar junto as adquirentes participantes do arranjo de pagamentos.

c.1.5) Carteira de crédito

c.1.5.1) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela regulamentação vigente, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da regulamentação vigente, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo BACEN.

c.1.6) Outros instrumentos financeiros

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base pro rata dia, incorridos até a data do balanço.

d) Ativos fiscais diferidos

Constituídos com base nas alíquotas vigentes. Os créditos sobre adições temporárias, quando aplicável, são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período base.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades coligadas e controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas. Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - dez anos.

g) Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido de forma linear das amortizações calculadas à taxa de 10% a.a. ou de acordo com a sua vida útil.

h) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecido como perda o valor de um ativo quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

i) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base pro rata dia, incorridos até a data do balanço.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

k) Passivos financeiros

k.1) Depósitos, demais instrumentos financeiros e outros instrumentos financeiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

l) Provisões

l.1) Passivos contingentes - cíveis, trabalhistas e fiscais

Quando o risco é considerado possível, são divulgadas nas demonstrações contábeis dada a incerteza de a entidade ter a obrigação que resulte em saída de recursos.

Quando o risco é considerado provável, são reconhecidas nas demonstrações contábeis em virtude de serem obrigações presentes, com probabilidade de desembolso de recursos.

m) Tributos

Segmento da instituição	Alíquotas vigentes				
	IRPJ	IR adicional ⁽¹⁾	CSLL	PIS	COFINS
Instituições financeiras	15%	10%	20%	0,65%	4%
Instituições não financeiras	15%	10%	9%	1,65%	7,6%

⁽¹⁾ Aplicável ao lucro que exceder R\$ 240 no exercício fiscal.

n) Outros passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

o) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente corresponde as atividades típicas do Conglomerado e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Resultado não recorrente está relacionado com as atividades atípicas do Conglomerado e não há previsão de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações contábeis e a data de sua emissão, sendo divulgados em conformidade com a regulamentação vigente.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Composição	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	181.490	63.251
Em moedas estrangeiras	177.065	36.086
Em moeda nacional	4.425	27.165
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada ⁽¹⁾	-	312.990
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	312.990
Total	181.490	376.241

⁽¹⁾ Operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Ativos Financeiros

5.1. Instrumentos financeiros

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

a.1) Composição	30/06/2021		31/12/2020
	Até 3 Meses	Total	Total
Aplicações no mercado aberto	3.473.000	3.473.000	1.242.990
Posição bancada	3.473.000	3.473.000	1.242.990
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.473.000	3.473.000	930.000
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	312.990
Aplicações em depósitos interfinanceiros	238.156	238.156	8.918
Aplicações em moedas estrangeiras	-	-	125.043
Total	3.711.156	3.711.156	1.376.951

b) Títulos e valores mobiliários

b.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de custo e de mercado								30/06/2021	31/12/2020
	Nível	Valor de custo	Marcação a mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor justo / contábil	Valor justo / contábil
1 - Títulos para negociação		948.960	(3.493)	40	28.535	271.992	644.900	945.467	2.500.503
Carteira própria									
Títulos públicos		514.564	(2.300)	-	28.398	150.319	333.547	512.264	2.202.668
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	201.776	99	-	28.398	21.776	151.701	201.875	287.517
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	312.788	(2.399)	-	-	128.543	181.846	310.389	1.915.151
Títulos privados		210	30	40	137	63	-	240	14.194
Ações de companhias abertas ⁽¹⁾	1	10	30	40	-	-	-	40	14.107
Debêntures	2	63	-	-	-	63	-	63	87
Outros	2	137	-	-	137	-	-	137	-
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos públicos		111.635	(1.282)	-	-	110.353	-	110.353	206.720
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	111.635	(1.282)	-	-	110.353	-	110.353	206.720
Títulos privados		9.829	(4)	-	-	9.825	-	9.825	10.014
Debêntures		9.829	(4)	-	-	9.825	-	9.825	10.014
Vinculados a prestação de garantias									
Títulos públicos		312.722	63	-	-	1.432	311.353	312.785	66.907
Letras Financeira do Tesouro - LFT	1	311.273	80	-	-	-	311.353	311.353	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	1.449	(17)	-	-	1.432	-	1.432	66.907
2 - Títulos disponíveis para venda		2.725.531	(8.342)	147.994	169.443	349.372	2.050.380	2.717.189	1.368.807
Carteira própria									
Títulos públicos		1.913.483	(6.619)	-	-	26.064	1.880.800	1.906.864	1.192.841
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	-	-	-	-	-	-	-	375.521
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	26.621	(557)	-	-	26.064	-	26.064	43.171
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	1.886.862	(6.062)	-	-	-	1.880.800	1.880.800	774.149
Títulos privados		128.468	(226)	122.883	-	-	5.359	128.242	122.563
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2	5.585	(226)	-	-	-	5.359	5.359	6.489
Cotas de fundos	2	122.883	-	122.883	-	-	-	122.883	115.923
Outros	2	-	-	-	-	-	-	-	151
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos públicos		35.596	(234)	-	-	-	35.362	35.362	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	35.596	(234)	-	-	-	35.362	35.362	-
Vinculados a prestação de garantias									
Títulos públicos		622.873	(1.263)	-	169.443	323.308	128.859	621.610	28.599
Letras Financeira do Tesouro - LFT	1	547.616	(604)	-	169.443	323.308	54.261	547.012	4.796
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	75.257	(659)	-	-	-	74.598	74.598	23.803
Outros		25.111	-	25.111	-	-	-	25.111	24.804
Cotas de fundos	2	25.111	-	25.111	-	-	-	25.111	24.804
Total		3.674.491	(11.835)	148.034	197.978	621.364	2.695.280	3.662.656	3.869.310

⁽¹⁾ Ações da JBS S.A.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados e as ações na B3.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não havia títulos mantidos até o vencimento e instrumentos mensurados no nível 3.

Não houve reclassificação de títulos entre as categorias no semestre findo em 30 de junho de 2021.

b.2) Resultado	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado em títulos de renda fixa	54.314	53.833
Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez	36.925	18.750
Resultado em títulos de renda variável	3.735	4.596
Resultado em títulos no exterior	968	33.926
Total	95.942	111.105

b.3) Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia do valor justo nos níveis:

- 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.
- 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.
- 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

c.1) Composição da carteira por indexador

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções padronizadas** - Cotações em bolsas;
- **Swaps e NDF** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

c.1) Composição da carteira por indexador	30/06/2021			31/12/2020		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Non deliverable forward						
Posição ativa	602.309	34.054	32.957	991.616	64.486	61.984
Prefixado	-	-	-	-	-	(31)
Dólar	602.309	34.054	32.957	990.697	64.486	62.015
Euro	-	-	-	919	-	-
Posição passiva	602.309	(6.077)	(5.238)	991.616	(2.839)	(2.131)
Prefixado	602.309	(6.077)	(5.238)	991.616	(2.839)	(2.131)
Diferencial líquido	-	27.977	27.719	-	61.647	59.853
2 - Swap						
Posição ativa	584.817	11.439	22.234	594.749	8.679	17.149
Prefixado	151.773	4.380	2.783	237.820	64	2.166
CDI	304.814	2.106	11.258	284.701	190	4.410
Dólar	128.230	4.953	8.193	72.228	8.425	10.573
Posição passiva	584.817	(1.169)	(1.024)	594.749	(13.822)	(14.082)
Prefixado	340.344	(1.169)	(872)	284.701	(72)	(429)
CDI	69.725	-	(152)	88.734	-	-
Dólar	174.748	-	-	221.314	(13.750)	(13.653)
Diferencial líquido	-	10.270	21.210	-	(5.143)	3.067
3 - Futuros						
Posição ativa	2.516.803	-	24	2.999.674	-	-
DI	351.500	-	24	891.400	-	-
DDI	773.893	-	-	1.444.683	-	-
Dólar	1.391.410	-	-	660.412	-	-
Euro	-	-	-	3.179	-	-
Posição passiva	12.314.983	-	-	5.517.299	-	-
DI	10.758.548	-	-	3.625.700	-	-
DDI	1.544.571	-	-	1.891.599	-	-
Euro	11.864	-	-	-	-	-
Diferencial líquido	-	-	24	-	-	-

c.2) Composição da carteira por vencimento e valor diferencial				30/06/2021	31/12/2020
Diferencial a receber / (pagar) ao valor justo	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
<i>Non deliverable forward</i>	20.792	6.927	-	27.719	59.853
<i>Swap</i>	2.074	6.274	12.862	21.210	3.067
Futuros	24	-	-	24	-
Total	22.890	13.201	12.862	48.953	62.920

c.3) Resultado com derivativos	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
DDI ⁽¹⁾	52.753	(899.015)
DI	24.533	7.244
<i>Swap</i>	6.458	(12.752)
Futuro de dólar	4.472	-
Moedas	2.262	2.381
Índice	273	139
Milho	-	46
BGI	-	(906)
S&P	(138)	-
Opções	(787)	1.305
<i>Non deliverable forward</i>	(17.766)	185.432
Dólar	(89.707)	27.384
Total	(17.647)	(688.742)

⁽¹⁾ Os instrumentos DDI contratados junto à B3 têm basicamente a finalidade de compensar riscos decorrentes da exposição de ativos financeiros à variação cambial.

c.4) Hedge de investimento líquido no exterior

O Conglomerado contrata instrumentos derivativos na gestão de riscos da variação cambial do seu investimento em agência nas Ilhas Cayman, cuja moeda de suas operações é o dólar e documenta a relação entre instrumento de *hedge* desse investimento, bem como os testes de efetividade de forma contínua.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos têm seu componente eficaz contabilizado no patrimônio líquido e o componente ineficaz no resultado. No semestre findo em 30 de junho de 2021, o valor eficaz foi de R\$ 3.658 líquidos dos efeitos tributários e o impacto no resultado do componente inefetivo foi de R\$ 16.002 (R\$ 1.824 no semestre findo em 30 de junho de 2020) contabilizado na rubrica de resultado em instrumentos financeiros derivativos.

c.5) Hedge de risco de mercado

As operações objeto de proteção através de estruturas de *hedge accounting* são captações pré-fixadas com prazo superior a 2 anos realizadas pelo Conglomerado, excluindo seu *spread* de crédito.

Item objeto de *hedge* é o conjunto de captações pré-fixadas com prazo superior a 2 anos realizadas pelo Conglomerado, excluindo seu *spread* de crédito, conforme definido adiante em seção específica.

Instrumentos de *hedge* são contratos de DI1 futuro negociados na B3, registrados no Original e identificados, na sua originação, como pertencentes à estratégia de *hedge accounting*. O gerenciamento do *hedge* não é feito operação por operação, mas sim para o conjunto de captações (objetos de *hedge*) originadas em determinado período (safra mensal, que pode ser alterada em função do volume de novas operações, de acordo com a avaliação da Administração).

A estratégia de *hedge* de risco de mercado passa por evitar oscilações temporais de resultado oriundos de variações no mercado de juros em reais. Uma vez que esse risco é compensado, o que se procura é indexar a carteira ao DI, através da utilização dos derivativos (DI1 futuro).

O *hedge* é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado, procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes.

Caso a efetividade seja comprovada dentro do intervalo de 80 a 125%, tanto o instrumento de *hedge* (derivativo), quanto o objeto de *hedge* (captações pré-fixadas com prazos superiores a 2 anos) são mensurados a valor justo, e o efeito do ajuste ao valor justo é reconhecido em resultado.

Tal prática será descontinuada prospectivamente caso: i) o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, terminado ou exercido; ii) o *hedge* deixar de satisfazer as condições de efetividade; e iii) for revogada a designação.

A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de risco de mercado têm seu registro contábil no resultado. Em 30 de junho de 2021, o valor do passivo ajustado a valor justo é devedor de R\$ 32.711 (R\$ 25.086 em 31 de dezembro de 2020), gerando uma receita no semestre de R\$ 57.719 (despesa de R\$ 16.696 no primeiro semestre de 2020). A taxa de efetividade do *hedge* foi de 118,10%.

d) Relações interfinanceiras

d1) Composição ativo		30/06/2021	31/12/2020
Créditos vinculados			
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil		79.165	91.310
Pagamentos instantâneos		65.352	77.967
Microfinanças		9.552	6.954
Moeda eletrônica		4.261	6.229
Correspondentes no país		-	160
Pagamentos e recebimentos a liquidar			
Direitos junto a participantes do sistema de liquidação		2.157.110	1.537.449
Recebíveis de transação de pagamento ⁽¹⁾		2.154.662	1.537.449
Cheque e outros papéis remetidos		2.448	-
Total		2.236.275	1.628.759
Circulante		2.236.275	1.628.759
d.2) Composição passivo		30/06/2021	31/12/2020
Obrigações junto a participantes do sistema de liquidação		46.491	75
Cheque e outros papéis recebidos		46.491	75
Transações de pagamento		867.264	458.955
Cartões de crédito		867.264	458.955
Total		913.755	459.030
Circulante		913.755	459.030
⁽¹⁾ Refere-se basicamente aos valores a receber junto as instituições participantes de arranjo de pagamento			

e) Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

e.1) Composição da carteira por produto	30/06/2021	31/12/2020
Operações de crédito	6.444.239	5.207.202
Empréstimos	4.144.086	2.682.259
Financiamentos à exportação	1.817.385	2.021.735
Financiamentos rurais e agroindustriais	262.403	212.392
Financiamentos imobiliários	121.220	141.350
Títulos descontados	98.580	146.819
Adiantamentos a depositantes	565	2.647
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.958.232	2.475.995
Direitos creditórios	2.037.868	1.956.194
Operações com cartões de crédito	893.667	458.763
Outros	26.697	61.038
Subtotal	9.402.471	7.683.197
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(318.711)	(249.207)
Total	9.083.760	7.433.990
Circulante	6.640.938	6.548.691
Não circulante	2.442.822	885.299

e.2) Resultado de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Rendas de empréstimos	521.769	294.371
Rendas de títulos descontados	244.749	138.111
Rendas de financiamentos	147.580	754.854
Rendas de adiantamentos a depositantes	362	117
Outros	6	(2.458)
Total	914.466	1.184.995

e.3) Composição da carteira por ramo de atividade	30/06/2021	Concentração	31/12/2020	Concentração
Setor Privado				
Pessoas físicas	3.188.460	33,91%	1.564.019	20,36%
Comércio	2.344.684	24,94%	2.322.372	30,23%
Rural	2.084.931	22,17%	2.200.011	28,63%
Serviços	1.060.916	11,28%	768.277	10,00%
Indústria	197.113	2,10%	409.834	5,33%
Financeiro	137.348	1,46%	146.007	1,90%
Outros	389.019	4,14%	272.677	3,55%
Total	9.402.471	100,00%	7.683.197	100,00%

e.4) Composição da carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2021	31/12/2020
Operações em curso normal											
Parcelas vincendas	1.920.107	5.695.758	375.631	320.717	83.988	137.273	26.580	25.760	67.140	8.652.954	7.287.348
1 a 30 dias	552.130	2.961.389	100.901	86.925	2.513	1.322	925	798	5.250	3.712.153	3.113.855
31 a 60 dias	73.230	264.121	14.749	5.573	312	134	125	107	76	358.427	567.579
61 a 90 dias	36.820	304.561	35.171	4.857	692	257	209	123	175	382.865	193.272
91 a 120 dias	125.692	132.700	52.024	43.139	602	216	133	67	81	354.654	269.406
121 a 150 dias	284.520	281.473	28.000	11.351	621	256	191	95	175	606.682	250.354
151 a 180 dias	647.084	168.094	16.302	29.888	913	483	319	143	117	863.343	1.089.824
181 a 360 dias	142.354	415.182	16.429	11.200	6.767	3.136	2.638	1.300	32.987	631.993	790.407
Acima de 360 dias	58.277	1.168.238	112.055	127.784	71.568	131.469	22.040	23.127	28.279	1.742.837	1.012.651
Parcelas vencidas	-	177.004	31.428	36.126	12.588	5.067	3.530	2.000	2.481	270.224	268.173
Até 14 dias	-	177.004	31.428	36.126	12.588	5.067	3.530	2.000	2.481	270.224	268.173
Subtotal	1.920.107	5.872.762	407.059	356.843	96.576	142.340	30.110	27.760	69.621	8.923.178	7.555.521
Operações em curso anormal											
Parcelas vencidas	-	-	63.232	131.221	113.710	63.310	41.167	13.555	53.098	479.293	127.676
15 a 30 dias	-	-	63.232	35.981	8.456	2.816	2.645	761	1.709	115.600	15.958
31 a 60 dias	-	-	-	95.240	14.191	5.018	2.142	764	1.128	118.483	20.464
61 a 90 dias	-	-	-	-	91.063	15.756	10.748	4.605	3.197	125.369	15.331
91 a 120 dias	-	-	-	-	-	39.720	7.452	1.057	3.145	51.374	12.791
121 a 150 dias	-	-	-	-	-	-	18.180	752	3.611	22.543	8.775
151 a 180 dias	-	-	-	-	-	-	-	5.616	2.803	8.419	8.994
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	37.505	37.505	45.363
Subtotal	-	-	63.232	131.221	113.710	63.310	41.167	13.555	53.098	479.293	127.676
Total	1.920.107	5.872.762	470.291	488.064	210.286	205.650	71.277	41.315	122.719	9.402.471	7.683.197

e.5) Concentração das operações de crédito	30/06/2021	% da Carteira	31/12/2020	% da Carteira
Dez maiores devedores	799.730	8,51%	807.938	10,52%
Quarenta maiores devedores seguintes	1.348.894	14,35%	1.710.021	22,26%
Oitenta maiores devedores seguintes	913.662	9,72%	1.406.195	18,30%
Demais devedores seguintes	6.340.185	67,42%	3.759.043	48,92%
Total	9.402.471	100,00%	7.683.197	100,00%

e.6) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito						
Nível de risco	% Provisão	Valor presente das operações	30/06/2021		31/12/2020	
			Provisão mínima requerida	Provisão existente	Valor presente das operações	Provisão existente
AA	0%	1.920.107	-	-	1.426.180	-
A	0,5%	5.872.762	(29.363)	(29.363)	5.265.266	(26.326)
B	1,0%	470.291	(4.703)	(4.703)	351.127	(3.511)
C	3,0%	488.064	(14.642)	(14.642)	254.425	(7.633)
D	10,0%	210.286	(21.029)	(21.029)	58.722	(5.872)
E	30,0%	205.650	(61.695)	(61.695)	134.001	(40.200)
F	50,0%	71.277	(35.639)	(35.639)	28.232	(14.116)
G	70,0%	41.315	(28.921)	(28.921)	65.370	(51.675)
H	100,0%	122.719	(122.719)	(122.719)	99.874	(99.874)
Total		9.402.471	(318.711)	(318.711)	7.683.197	(249.207)
Circulante				(205.830)		(121.036)
Não circulante				(112.881)		(128.171)

e.7) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Saldo inicial	(249.207)	(271.007)
Constituição	(113.409)	(162.921)
Baixa para prejuízo	43.905	99.185
Saldo final	(318.711)	(334.743)

No semestre findo em 30 de junho de 2021 a recuperação de créditos baixados para prejuízo somou R\$ 13.637 (R\$ 12.175 no semestre findo em 30 de junho de 2020).

No semestre findo em 30 de junho 2021 o volume de créditos renegociados foi de R\$ 846.677 (R\$ 1.080.919 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dessas operações é de R\$ 83.245 em 30 de junho de 2021 (R\$ 80.075 em 31 de dezembro de 2020)

f) Outros instrumentos financeiros

f.1) Composição	30/06/2021	31/12/2020
Valores Banco 24 Horas e em trânsito	156.846	233.098
Negociação e intermediação de valores	23.261	6.716
Direitos sobre venda de câmbio	19.382	53.015
Rendas a receber de adiantamentos de câmbio concedidos	723	899
Relações interdependências	-	15
Total	200.212	293.743
Circulante	200.212	293.743

f.2) Resultado em operações de câmbio	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Rendas de câmbio	35.218	202.932
Despesas de câmbio	(36.824)	(124.029)
Total	(1.606)	78.903

6. Investimentos

a) Investimentos em participação em controladas	Movimentação de 01/01 a 30/06/2021			01/01 a 30/06/2020	
	31/12/2020	Aportes de capital e outros eventos	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2020
	Valor do investimento	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Valor do investimento	Equivalência patrimonial
Coligada					
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	491	(6.331)	6.950	1.110	(14.356)
Controladas					
Original Asset Management Ltda.	3.364	7	(3.371)	-	22
Original Investimentos Imobiliários	100	-	(100)	-	-
Total	3.955	(6.324)	3.479	1.110	(14.334)

b) Outros investimentos	30/06/2021	31/12/2020
CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos	1.511	1.511
Obras de arte	443	443
Outros	11	10
Total	1.965	1.964

7. Imobilizado

a) Composição	Custo	Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Instalações, móveis e equipamentos de uso	83.204	(29.462)	53.742	105.757
Sistemas de processamento de dados	163.221	(73.979)	89.242	34.287
Sistemas de segurança e comunicações	2.353	(982)	1.371	1.757
Veículos	148	(148)	-	-
Total	248.926	(104.571)	144.355	141.801

b) Movimentação	31/12/2020	Movimentação de 01/01 a 30/06/2021				30/06/2021
	Saldo contábil	Transferências	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo contábil
Instalações, móveis e equipamentos de uso	105.757	(47.667)	487	(101)	(4.734)	53.742
Sistemas de processamento de dados	34.287	47.667	20.891	(102)	(13.501)	89.242
Sistemas de segurança e comunicações	1.757	-	-	(201)	(185)	1.371
Total	141.801	-	21.378	(404)	(18.420)	144.355

8. Intangível

a) Composição	Custo	Amortização	30/06/2021	31/12/2020
Software	1.096.219	(449.227)	646.992	722.026
Licença de uso	212.118	(70.509)	141.609	117.888
Mais valia em investimentos em controladas	-	-	-	81.281
Total	1.308.337	(519.736)	788.601	921.195

b) Movimentação	31/12/2020	Movimentação de 01/01 a 30/06/2021		30/06/2021	
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo final
Software	722.026	61.282	(26.696)	(109.620)	646.992
Licença de uso	117.888	57.683	(9.722)	(24.240)	141.609
Mais valia em investimentos em controladas	81.281	-	(81.281)	-	-
Total	921.195	118.965	(117.699)	(133.860)	788.601

9. Outros Ativos

Composição	30/06/2021	31/12/2020
Valores a receber de sociedades ligadas	293.625	139.528
Bens não de uso próprio - imóveis	153.016	155.604
Devedores diversos no país	119.346	62.515
Despesas pagas antecipadamente	42.507	41.340
Devedores por depósitos em garantia - contingências trabalhistas	12.831	12.408
Devedores por depósitos em garantia - contingências fiscais	10.690	10.576
Adiantamentos salariais	8.840	2.243
Rendas a receber	6.069	2.337
Devedores por depósitos em garantia - contingências cíveis	6.012	5.878
Devedores por compra de valores e bens	1.773	1.773
Adiantamentos a fornecedores	468	3.906
Outras rendas a receber	-	5.362
Outros	-	366
Total	655.177	443.836
Circulante	136.496	73.622
Não circulante	518.681	370.214

10. Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Composição	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	(8.607)	(13.713)
Total	(8.607)	(13.713)
Não circulante	(8.607)	(13.713)

11. Passivos Financeiros

11.1. Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Depósitos	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	30/06/2021	31/12/2020
Depósitos à vista	642.868	-	-	-	642.868	515.406
Pessoas jurídicas	359.278	-	-	-	359.278	194.515
Pessoas físicas	267.819	-	-	-	267.819	246.785
Vinculados	15.712	-	-	-	15.712	74.095
Pessoas jurídicas ligadas	59	-	-	-	59	11
Contas pré-pagamento	4.035.232	-	-	-	4.035.232	1.226.208
Depósitos interfinanceiros	-	71.548	37.034	985.198	1.093.780	584.742
Depósitos a prazo	362.099	2.641.885	452.795	3.008.570	6.465.349	6.655.273
Em moeda nacional	362.099	604.804	452.795	3.008.570	4.428.268	4.962.658
Em moeda estrangeira	-	2.037.081	-	-	2.037.081	1.692.615
Total	5.040.199	2.713.433	489.829	3.993.768	12.237.229	8.981.629

CDB são emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 150% do DI (90% e 150% do DI em 31 de dezembro de 2020) e em operações prefixadas entre 2,37% ao ano e 14,7% ao ano (2% e 19,6% ao ano em 31 de dezembro de 2020).

RDB são emitidos com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 106% do DI (101,5% e 106% do DI em 31 de dezembro de 2020). Não havia operações prefixadas em 30 de junho de 2021 (2,15% e 19,6% ao ano em 31 de dezembro de 2020).

b) Captações no mercado aberto	Até 3 meses	30/06/2021	31/12/2020
Carteira própria			
Títulos públicos	145.000	145.000	42.000
Letras do Tesouro Nacional	110.000	110.000	42.000
Notas do Tesouro Nacional	35.000	35.000	-
Títulos privados	9.909	9.909	10.004
Debêntures	9.909	9.909	10.004
Total	154.909	154.909	52.004

c) Recursos de aceites e emissão de títulos	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	30/06/2021	31/12/2020
Letras de crédito do agronegócio ⁽¹⁾	371.987	1.188.326	962.031	2.522.344	2.120.583
Letras de crédito imobiliária ⁽²⁾	288.838	686.617	1.037.817	2.013.272	1.845.076
Letras financeiras ⁽³⁾	2.677	515.841	58.843	577.361	605.876
Total	663.502	2.390.784	2.058.691	5.112.977	4.571.535

⁽¹⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 80% e 122,4% do DI (80% e 122,4% do DI em 31 de dezembro de 2020). Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 1,95% e 9,55% a.a. (1,31% e 8,6% a.a. em 31 de dezembro de 2020)

⁽²⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 85% e 122% do DI (90% e 122% do DI em 31 de dezembro de 2020). Em operações prefixadas, a taxa praticada varia entre 1,61% e 9,21% a.a. (1,27% e 8,61% a.a. em 31 de dezembro de 2020)

⁽³⁾ Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 100% e 121% do DI (100% e 121% do DI em 31 de dezembro de 2020). Em operações prefixadas, taxa de 22,1% (22,1% em 31 de dezembro de 2020).

d) Resultado	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Captação com depósitos	(102.358)	(309.604)
Depósitos a prazo	(85.044)	(290.155)
Depósitos interfinanceiros	(17.314)	(19.449)
Captação no mercado aberto	(2.125)	(1.041)
Carteira própria	(2.121)	(1.041)
Carteira de terceiros	(4)	-
Recursos de aceite e emissão de títulos	(103.860)	(78.694)
Letras de crédito do agronegócio	(46.583)	(35.533)
Letras de crédito imobiliárias	(43.345)	(36.455)
Letras financeiras	(13.932)	(6.706)
Contribuições ordinárias	(5.572)	(5.463)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(5.572)	(5.463)
Total	(213.915)	(394.802)

e) Obrigações por empréstimos e repasses no país

e.1) Composição	30/06/2021	31/12/2020
Funcafé - custeio	-	2.594
Funcafé - capital de giro	-	2.592
Total	-	5.186
Circulante	-	5.186

e.2) Resultado	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Variação cambial	(12)	-
Despesas com repasses instituições oficiais	(9)	(170)
Despesas com banqueiros no exterior	-	(53)
Total	(21)	(223)

f) Outros passivos financeiros	30/06/2021	31/12/2020
Obrigações por transações de pagamento	101.002	84.766
Carteira de câmbio passiva	20.751	50.766
Negociação e intermediação de valores	19.062	8.511
Outros	15.703	7.516
Total	156.518	151.559
Circulante	156.518	151.559

12. Ativos e Passivos Fiscais

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(220.026)	(472.755)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	99.012	212.740
Efeito na apuração dos tributos		
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros	21.127	(68.753)
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	(1.790)	(98)
Resultado de participações em coligadas e controladas	(13.501)	(18.911)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(50.886)	(27.022)
Outros	(86.312)	(101.047)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(32.350)	(3.091)
Obrigações fiscais diferidas - imposto de renda e contribuição social	(44.979)	68.274
Total	(77.329)	65.183
Provisão para imposto de renda	(42.314)	35.973
Provisão para contribuição social	(35.015)	29.210

b) Composição dos ativos correntes	30/06/2021	31/12/2020
Contribuição social a compensar	37.943	31.559
Imposto de renda a compensar	24.105	18.864
COFINS a compensar	6	150
PIS a compensar	1	33
Outros	30.314	11.501
Total	92.369	62.107
Circulante	92.369	62.107

c) Composição dos passivos correntes	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre salários	28.451	29.512
Provisão para imposto de renda	17.699	5.212
Provisão para contribuição social	14.651	2.096
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	14.207	7.221
Outros	22.393	6.116
Total	97.401	50.157
Circulante	97.401	50.157

d) Composição dos ativos diferidos	30/06/2021	31/12/2020
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	314.154	326.118
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	148.422	166.343
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos	37.665	6.250
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	28.571	22.927
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários no resultado	6.877	15.390
Outras diferenças temporárias	3.870	4.782
Subtotal	539.559	541.810
Ajuste ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários no patrimônio líquido	3.900	(3.420)
Outras diferenças temporárias no patrimônio líquido	17.427	17.379
Total	560.886	555.769
Circulante	92.089	126.944
Não circulante	468.797	428.825

e) Movimentação dos ativos diferidos	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Saldo inicial	555.769	418.275
Constituições	129.026	109.587
Reversões	(123.909)	(18.243)
Saldo final	560.886	509.619

f) Composição dos passivos diferidos	30/06/2021	31/12/2020
Ajuste ao valor de mercado dos passivos financeiros	14.149	19.679
Outras	19.004	-
Total	33.153	19.679
Circulante	33.153	19.679

g) Movimentação dos passivos diferidos	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Saldo inicial	19.680	85.977
Constituições	41.053	47.717
Reversões	(27.580)	(112.079)
Saldo final	33.153	21.615

h) Expectativa de realização dos ativos diferidos							30/06/2021
Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Realização projetada	23.889	136.400	96.310	185.655	93.503	3.802	539.559

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

i) Valor presente dos ativos diferidos

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2021, considerando a taxa de captação projetada é de R\$ 471.074 (R\$ 453.353 em 31 de dezembro de 2020).

Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 ("MP"), convertida na Lei nº 14.183, em 14 de julho de 2021, que elevou a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL dos setores financeiro, segurador e cooperativas em cinco pontos percentuais, durante o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021. A aplicação da referida lei não gerou impactos significativos nas demonstrações contábeis de junho de 2021.

j) Crédito tributário não ativado

Em 30 de junho de 2021, o Conglomerado possui prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados não registrados no montante de R\$ 86.331 (R\$ 65.246 em 31 de dezembro de 2020).

13. Provisões

a) Contingências cíveis e trabalhistas	30/06/2021	31/12/2020
Provisões cíveis	12.643	9.933
Provisões trabalhistas	51.100	49.947
Total	63.743	59.880
Não circulante	63.743	59.880

b) Provisões cíveis

Estas ações são decorrentes de: i) ação com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários; ii) ações de contratos de financiamento; iii) execuções; e iv) ações de indenização por perdas e danos.

Para os processos cíveis elencados na categoria cível massificados (crédito consignado), as provisões são feitas por histórico de condenações de processos nos últimos 12 meses. As categorias massa especial (ações cíveis oriundas do banco digital), especial (ações cíveis valoradas acima de R\$200mil) são feitas de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração revisou procedimento de provisionamento das contingências cíveis originadas no Banco Matone referentes aos processos do crédito consignado e aperfeiçoamos o processo, que passou a ser por análise individualizada de cada processo e não mais pela média histórica, o que permitiu uma redução na provisão de R\$ 3.375.

b.1) Movimentação	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Saldo inicial	9.933	25.891
Constituição	5.464	2.497
Reversão	(2.754)	(14.134)
Saldo final	12.643	14.254

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 6.012 (R\$ 5.878 em 31 de dezembro de 2020).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

c) Provisões trabalhistas

São ações movidas pelos sindicatos, associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão para os processos trabalhistas (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) é feita de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

c.1) Movimentação	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Saldo inicial	49.947	43.408
Constituição	15.258	24.213
Atualização monetária	2.143	1.653
Reversão	(16.248)	(13.410)
Saldo final	51.100	55.864

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 12.831 (R\$ 12.408 em 31 de dezembro de 2020).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

d) Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

d.1) Composição	30/06/2021	31/12/2020
Processos fiscais	63.627	53.414
Processos cíveis	35.884	49.643
Processos trabalhistas	14.017	15.944
Total	113.528	119.001

14. Outros Passivos

Composição	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para despesas de pessoal	112.776	105.062
Provisão para despesas administrativas	63.084	60.437
Credores diversos - no país	35.403	42.109
Valores a pagar de sociedades ligadas	16.111	3.031
Tributos federais	6.066	355
Resultado de exercícios futuros	2.766	2.946
Tributos municipais	2.149	457
Provisão para fianças prestadas	1.276	1.605
Outros	150	1.242
Total	239.781	217.244
Circulante	237.015	214.298
Não circulante	2.766	2.946

15. Patrimônio Líquido

a) Capital social da instituição líder do conglomerado

O capital social do Banco Original, totalmente subscrito e integralizado é representado por 562.826.073 (537.826.073 em 31 de dezembro de 2020) ações escriturais e sem valor nominal, sendo 531.413.037 (518.913.037 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias e 31.413.036 (18.913.036 em 31 de dezembro de 2020) ações preferenciais.

a.1) Composição	Ordinárias	Preferenciais	30/06/2021	Ordinárias	Preferenciais	31/12/2020
De domiciliados no país	2.105.098	124.903	2.230.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.105.098	124.903	2.230.001	2.053.913	76.088	2.130.001

Em 24 de maio de 2021 foi deliberado e aprovado o aumento de R\$ 100.000 no capital social do Banco Original e homologado pelo BACEN em 14 de junho de 2021.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

b.2) Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

c) Dividendos / juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuídos sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foram deliberados dividendos ou juros sobre o capital próprio.

d) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido dos efeitos tributários relativo aos títulos públicos e privados disponíveis para venda e swap destinado para hedge do capital da agência nas Ilhas Cayman, no montante de R\$ 1.095 (R\$ 14.417 em 31 de dezembro de 2020).

16. Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Transações de pagamento	93.097	23.297
Comissões de cartões	58.227	-
Cobrança e arrecadações	8.764	19.734
Garantias prestadas	1.847	2.843
Prestação de serviços de assessoria financeira	838	508
Serviços de tecnologia	555	-
Outras	-	642
Total	163.328	47.024

17. Receitas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Tarifas bancárias - pessoas jurídicas	13.653	846
Pacote de serviços - pessoas físicas	11.289	5.210
Serviços diferenciados - pessoas físicas	4.727	4.679
Serviços prioritários - pessoas físicas	3.153	1.582
Outros serviços	23.047	11.192
Total	55.869	23.509

18. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Proventos	(228.376)	(147.881)
Encargos	(86.627)	(51.525)
Benefícios	(42.299)	(40.488)
Indenizações trabalhistas	(3.437)	(1.269)
Outras	(1.068)	(991)
Total	(361.807)	(242.154)

19. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Processamento de dados	(152.917)	(82.499)
Depreciações e amortizações	(152.280)	(62.182)
Serviços do sistema financeiro	(139.608)	(65.774)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(71.564)	(35.833)
Propaganda e publicidade	(26.032)	(12.458)
Aluguéis	(13.253)	(14.495)
Comunicações	(7.534)	(4.590)
Manutenção e conservação de bens	(4.757)	(2.279)
Despesas legais e jurídicas	(3.383)	(997)
Transportes e viagens	(2.623)	(4.437)
Serviços de vigilância e segurança	(1.597)	(1.919)
Indenizações judiciais diversas	(1.252)	-
Seguros	(1.252)	-
Material	(910)	(835)
Água, energia e gás	(802)	(1.082)
Promoções e relações públicas	(209)	-
Outras	(13.924)	(19.614)
Total	(593.897)	(308.994)

20. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
COFINS	(65.140)	(19.947)
ISS	(13.494)	(7.128)
PIS / PASEP	(11.183)	(3.493)
Outras	(4.406)	-
Total	(94.223)	(30.568)

21. Outras Receitas

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado na alienação de participações	78.964	-
Recuperação de encargos e despesas	72.912	335
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento ⁽¹⁾	36.451	478
Reversão de provisões	9.576	27.524
Lucro na alienação de valores e bens	864	301
Atualização de depósitos judiciais	575	679
Atualização de impostos a compensar	480	568
Outras	44.005	2.074
Total	243.827	31.959

⁽¹⁾ Rendas junto a instituições participantes de arranjo de pagamento (nota 5.1 d.1)

22. Outras Despesas

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Transações de pagamento	(150.561)	(34.010)
Rendimento contas pré-pagamento	(49.312)	(2.000)
Constituição de provisões	(14.393)	(12.557)
Programa de recompensa em cartões	(12.921)	(10.232)
Outras	(47.512)	(31.906)
Total	(274.699)	(90.705)

23. Partes Relacionadas

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021, os benefícios de curto prazo recebidos pelo pessoal chave da Administração somaram R\$ 16.150 (R\$ 42.703 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde de 2 a 9 meses após o desligamento somaram R\$ 382 no semestre findo em 30 de junho de 2021 (R\$ 1.504 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

O Conglomerado não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

O Conglomerado não concedeu empréstimos ao pessoal chave da Administração no semestre findo em 30 junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Conglomerado realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados e antecipação de recebíveis. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos a JBS S/A, a JBS Aves Ltda, a Seara Comércio de Alimentos Ltda, a Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A, a Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda e a J&F Investimentos S/A.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora ⁽¹⁾	Entidades coligadas e controladas ⁽²⁾	Pessoal chave da administração	Outras partes relacionadas	30/06/2021
Ativos						
Ativos financeiros	4.034.720	-	-	-	-	4.034.720
Outros ativos	46.584	130.557	-	-	-	177.141
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	2.828.098	5.877	10.533	30.493	38.356	2.913.357
Outros passivos	55.308	21	221	-	-	55.550
Resultado						01/01 a 30/06/2021
Rendas de operações de crédito	541	-	-	-	-	541
Resultado com títulos e valores mobiliários	60.966	-	-	-	-	60.966
Despesas em operações de captação	(4.428)	(26)	(211)	(483)	(468)	(5.616)
Outras receitas e (despesas)	60.438	77.619	-	-	-	138.057

	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora ⁽¹⁾	Entidades coligadas e controladas ⁽³⁾	Pessoal chave da administração	Outras partes relacionadas	31/12/2020
Ativos						
Disponibilidades	143.790	-	76.189	-	-	219.979
Instrumentos financeiros	-	-	1.157.930	-	-	1.157.930
Outros ativos	424.282	136.840	39.885	-	-	601.007
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.101.504	716	45.652	59.775	33.220	1.240.867
Outros passivos	-	-	16.467	-	-	16.467
Resultado						01/01 a 30/06/2020
Resultado com títulos e valores mobiliários	19.011	-	-	-	-	19.011
Despesas em operações de captação	(133.155)	(2)	-	(949)	-	(134.106)
Outras receitas e (despesas)	-	(4.896)	(34)	-	-	(4.930)

⁽¹⁾ J&F Participações S/A

⁽²⁾ Original Corporate Corretora de Seguros Ltda, Original APP Ltda.

⁽³⁾ Original Corporate Corretora de Seguros Ltda, Original Asset Management Ltda, Original APP Ltda, PicPay Serviços S/A e FIDC PicPay.

24. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O Conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução nº 4.557/17 e da Circular nº 3.354/07, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado

são classificadas na carteira *trading* do Conglomerado. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- *Value at Risk (VaR)* Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;
- *Stress Test*;
- *Stop Loss*.

Aqueles classificados como *banking* possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira <i>trading</i>	Value at risk	30/06/2021	31/12/2020
Fator de risco	Média	Fechamento	Fechamento
Pré-fixado	476	78	351
Boi gordo	0	0	0
Soja	0	0	0
Moedas estrangeiras	1.000	494	196
Índice bolsa	25	0	0
Ação bovespa	724	2	678
Exposição com correlação	1.133	94	804

Carteira <i>banking</i>	Teste estresse	30/06/2021	31/12/2020
Risco	Média	Fechamento	Fechamento
Risco de taxa de juros	57.673	52.745	52.348

Destaca-se que a redução relevante do *value at risk* (VaR) na linha referente ao fator de risco ações foi resultado da diminuição do estoque de ações.

O Conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de crédito - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de mercado - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de liquidez - Possibilidade de o Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco operacional - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

a) Gerenciamento de riscos operacionais

Segundo a resolução nº 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades do Conglomerado, danos a ativos físicos próprios ou de uso pelo Conglomerado, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do Conglomerado e conseqüentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Conglomerado, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

A estrutura de risco operacional do Conglomerado visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais o conglomerado está exposto, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na política de gerenciamento de risco operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de risco operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o comitê de risco operacional e controles internos.

b) Gerenciamento de riscos de mercado

O risco de mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da resolução nº 4.557/17 do BACEN.

A análise de exposição das carteiras do Conglomerado é pautada em processos realizados pela diretoria de riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na política de risco de mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê Executivo de Gestão Integrada de Riscos (CEGIR).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (valor em risco)
- *Stress test*
- *Stop loss*
- Análise de sensibilidade

c) Gerenciamento de riscos de liquidez

As diretrizes da Administração para o processo de risco de liquidez são norteadas pela política de risco de liquidez que é aprovada e revisada pelo CEGIR. Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a Resolução 4.557/17 do BACEN. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A Diretoria de Riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez do Conglomerado. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do Conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de caixa
- Teste de estresse
- Caixa mínimo

d) Gerenciamento de riscos de crédito

Conforme a resolução nº 4.557/2017 do BACEN, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O CEGIR é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À Diretoria de Riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à Diretoria de Riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

e) Gerenciamento de risco socioambiental

Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental, o Conglomerado possui uma política de responsabilidade socioambiental (PRSA) e realiza o acompanhamento contínuo dos princípios, estratégias e diretrizes ali estabelecidos. A PRSA é um instrumento de gestão integrada que abrange:

Estrutura de governança direcionada às questões socioambientais; avaliação e gestão de risco socioambiental; atividades e operações escopo da PRSA, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência; verificação da aderência à PRSA; divulgação e a revisão da PRSA; e capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSA. Faz parte do gerenciamento dos riscos socioambientais as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSA. Para isso, o Conglomerado possui uma estrutura de governança corporativa constituída e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSA. Inclui: Conselho de Administração – órgão máximo da governança, sendo responsável pela aprovação da PRSA, acompanhamento de sua implementação; CEGIR – propor as diretrizes do apetite a risco socioambiental; Comitê de Risco Operacional e Controles Internos (CROCI) – órgão nomeado pelo CEGIR, com a função de tratar questões socioambientais, monitorando e avaliando a PRSA; Comitê de Ética – órgão responsável por tratar questões internas relacionadas a conflitos de interesse e violações do código de ética, códigos de conduta setoriais, políticas, circulares normativas internas, e regulamentação aplicável; as áreas de Controles Internos, Riscos e Compliance, como parte de suas responsabilidades, realiza o monitoramento do cumprimento das disposições da PRSA através da aplicação de metodologia de gerenciamentos de riscos.

25. Suficiência de Capital

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o Conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções 4.192/13 e 4.193/13 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do Comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo Conglomerado.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A., Offshore Cayman, PicPay Serviços S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay, Original App e Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A.), nos termos da resolução nº 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado financeiro.

	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência Nível I	1.248.136	1.030.622
Patrimônio de referência (Níveis I e II)	1.248.136	1.030.622
RWA - Ativos ponderados pelo risco	12.677.672	10.203.294
RWA _{CPAD} (parcela de risco de crédito)	10.869.214	8.653.764
RWA _{MPAD} (parcelas de risco de mercado)	136.751	88.309
RWA _{OPAD} (parcela de risco operacional)	1.671.707	1.461.221
Índice de Basileia III e II	9,85%	10,1%

Durante o primeiro semestre de 2021, o Conglomerado mostrou-se enquadrado no limite de capital regulatório e com patrimônio de referência compatível com seu nível de risco. O Conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor.

26. Informações Complementares

a) Garantias prestadas

Em 30 de junho de 2021, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros, mediante comissão, somam R\$ 247.342 (R\$ 280.829 em 31 de dezembro de 2020), que estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias dadas pelos beneficiários.

	30/06/2021		31/12/2020	
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	247.342	1.276	262.429	1.487
Outras fianças bancárias	-	-	18.399	118
Total	247.342	1.276	280.828	1.605

b) Seguros

Em 30 de junho de 2021, as unidades de negócio do Conglomerado estavam seguradas, cuja cobertura total somava R\$ 368.480 (R\$ 427.880 em 31 de dezembro de 2020). O prêmio pago foi de R\$ 889 (R\$ 1.042 em 31 de dezembro de 2020).

c) Plano de aposentadoria e pensões

O Conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao Conglomerado as exigências da deliberação CVM nº 695/2012.

d) Plano de saúde - benefício pós emprego

O Conglomerado é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção a doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do acordo coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 30 de junho de 2021 foi de R\$ 675 (R\$ 1.504 em 31 de dezembro de 2020).

e) Combate aos efeitos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) deveria ser tratado como uma pandemia, devido ao seu alcance global. Diversas ações significativas de governos e entidades do setor privado foram tomadas para combater essa ameaça.

A Administração adotou medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito e aspectos relacionados à adequação de capital. Cabe destacar que o Conglomerado manteve suas atividades operacionais normalmente, adotando o *home office* como prática para grande parte de seus colaboradores.

Adicionalmente, por se tratar de uma crise sem precedentes, a COVID-19 trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. Assim, a Administração tem avaliado de maneira contínua os riscos e impactos identificados desta pandemia nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das demonstrações financeiras, bem como a manutenção de suas operações.

f) Resultado recorrente e não recorrente	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado líquido	(271.548)	(336.433)
Resultado não recorrente líquido dos efeitos tributários	42.691	-
Resultado na alienação de participações	42.691	-
Resultado recorrente	(314.239)	(336.433)

27. Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-executivos e de Leniência da JBS S/A e J&F Investimentos S/A

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. (“J&F”), atual acionista indireta das empresas integrantes do Conglomerado, celebrou acordo de leniência com o Ministério Público Federal (“acordo”), comprometendo-se em seu nome e em nome das empresas por ela

controladas, a cooperar voluntariamente com o estado, a realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018 e os assessores concluíram que não foram identificadas evidências de que a Administração do Conglomerado ou seus atuais colaboradores realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção.

Em novembro de 2020 foi finalizada a entrega de todas as Investigações Internas das empresas do grupo J&F, cumprindo todos os requerimentos exigidos na investigação e do referido acordo, inclusive, mas não limitado, as empresas do Conglomerado.

28. Eventos Subsequentes

Em 13 de julho de 2021 foi deliberado e aprovado o aumento de capital do Banco Original no montante de R\$ 300.000, tendo sido integralizado o montante de R\$ 150.000. Este ato societário foi homologado pelo BACEN em 22 de julho de 2021.

Em 20 de julho de 2021, a PicPay realizou a aquisição da GuiaBolso Finanças Correspondente Bancário e Serviços Ltda (GuiaBolso) e sua controlada Just Finanças Correspondente Bancário Ltda, além da outorga de planos de pagamento baseado em ações aos executivos e colaboradores da GuiaBolso, pelo valor total de R\$ 162.000.

Administradores Responsáveis pela Divulgação das Demonstrações Contábeis

Alexandre Correa Abreu
Diretor-Presidente

Érico de Arruda Holanda
Diretor

Marcelo Rosas Betine
Contador
CRC 1 PR044644/O-6 "S" SP